

BOLETIM 1464

Brasília (DF), 14 de agosto de 2026

Tudo pronto para o III Encontro de Estudos Jurídicos no Paraná

A FETRACONSPAR – Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado do Paraná, filiada à CONTRICOM, informa que está tudo pronto para a realização da 3ª edição do Encontro de Estudos Jurídicos.

O evento conta com o apoio da CONTRICOM e será realizado nos dias 20 e 21 de agosto próximos, em Curitiba (PA), quando reunirá o corpo jurídico dos 36 sindicatos da base de representação da FETRACONSPAR.

A atividade tem como parceiro o Instituto Edésio Passos e tratará de diversos temas de interesse do movimento sindical e dos trabalhadores, especialmente das categorias representadas pela FETRACONSPAR e a CONTRICOM.

Além disso, segundo o presidente da Federação e da Confederação, Reinaldim Barboza Pereira, o evento será transmitido de forma on-line para diversas entidades de todo país, principalmente as da base de representação da CONTRICOM.

Estão sendo convidados para participar do encontro, além dos dirigentes sindicais, advogados vinculados às entidades e a inscrição poderá ser confirmada até o dia 18 de agosto, no seguinte link:

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfIQys8TzoOPuLywjhRJNm8Nsn-XYVEX9ccpZGidJk5Zl290w/viewform?usp=dialog>

Fonte: FETRACONSPAR



Sindicalistas na AGO do FSC Brasil 2026. FETRACONSPAR e CONTRICOM presentes!

Representantes de entidades sindicais reuniram-se em Belém, no Pará, por ocasião da realização da Assembleia Geral do FSC Brasil (certificação florestal).

O evento teve o objetivo de fortalecer a participação social, o diálogo e a representação dos trabalhadores nas discussões sobre o futuro do setor florestal brasileiro.

O presidente da CONTRICOM e da FETRACONSPAR, Reinaldim Barboza Pereira, e o dirigente da Federação Denilson Pestana (também da CONTRICOM) participaram da atividade ao lado de outros representantes de entidades da base de representação da Confederação de todo país **(foto acima)**.

O debate sobre certificação florestal dialoga cada vez mais fortemente, no Brasil e em todo mundo, com a necessidade de defender a sustentabilidade e condições dignas de trabalho para os trabalhadores do setor.

TST fará audiência pública sobre efeitos da aposentadoria por invalidez no contrato de trabalho

O Tribunal Superior do Trabalho realizará, em 22/9, às 14h, uma audiência pública para colher contribuições técnicas, contábeis, administrativas, políticas e econômicas sobre a manutenção ou a extinção do contrato de trabalho de empregados aposentados por invalidez. A iniciativa foi determinada pelo ministro Alexandre Luiz Ramos, relator do incidente de julgamento de recursos de revista repetitivos sobre a matéria (Tema 274).

A audiência discutirá a seguinte questão jurídica: O contrato de trabalho do empregado aposentado por invalidez permanece suspenso após o decurso dos prazos legais para a realização da avaliação periódica obrigatória ou, encerrados esses prazos, o empregador pode extinguir o vínculo de emprego?

A definição da tese pelo TST servirá de orientação para o julgamento de processos sobre o tema em toda a Justiça do Trabalho.

Poderão participar autoridades, especialistas e representantes da sociedade interessados em contribuir com o debate. As inscrições para expositores e ouvintes estarão abertas de 17 a 31/8 e deverão ser realizadas exclusivamente por meio do formulário eletrônico indicado no edital. Não serão admitidos pedidos por petição nos autos ou por outros meios de contato.

Fonte: TST

Lula e Alcolumbre não destravam votação de fim da 6x1

A expectativa era de um acerto, mas negociação ficou para próxima reunião

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União-AP), não conseguiram destravar a votação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) sobre o fim da escala 6x1 durante o encontro ocorrido nesta quarta-feira (12).

O presidente esperava que o assunto tivesse um avanço na reunião com o presidente da Casa Legislativa, mas não houve consenso para a costura de um calendário de votação da proposta neste momento. A expectativa é de o assunto seja tratado em um novo encontro.

Lula quer votar a proposta no esforço concentrado do Senado Federal, ainda antes do primeiro turno das eleições presidenciais. Alcolumbre, porém, prefere deixar o tema para novembro, após a conclusão do segundo turno presidencial.

Lula e Alcolumbre fizeram acenos mútuos de apoio e de disposição de diálogo legislativo e político. Os temas sensíveis, porém, ficaram para uma nova reunião até o final deste mês.

Na reunião, Alcolumbre também não sinalizou que fará uma declaração de apoio à reeleição de Lula. O petista ainda aguarda uma manifestação do senador para melhorar a relação política entre ambos.

Fonte: CNN Brasil



Comissão do Senado aprova marco da OIT sobre saúde e segurança no trabalho

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado Federal aprovou nesta terça-feira (11) o texto da Convenção 187 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o Marco Promocional para a Segurança e a Saúde no Trabalho (SST).

A Convenção 187 estabelece diretrizes para o aprimoramento contínuo da segurança e da saúde no trabalho, com o objetivo de melhorar as condições e os ambientes de trabalho e reduzir danos à saúde dos trabalhadores. Para isso, é prevista a criação, implementação e acompanhamento de uma política nacional, de um sistema nacional e de um programa nacional.

O PDL 720/2024 recebeu parecer favorável do senador Esperidião Amin (PP-SC) e agora será analisado pelo Plenário. Na avaliação do relator, a aprovação da convenção permitirá ao Brasil participar da cooperação internacional para aperfeiçoar as políticas de segurança e saúde no trabalho.

— O Brasil terá a oportunidade de aprimorar sua legislação trabalhista, perante um mundo do trabalho em constante transformação, servindo-se da troca de experiências e de boas práticas entre países — afirmou.

Cultura preventiva - A Convenção 187 estimula os países a desenvolver uma cultura preventiva em segurança e saúde no trabalho. O acordo define conceitos relacionados à política nacional, ao sistema nacional e ao programa nacional de segurança e saúde no trabalho, além de estabelecer parâmetros mínimos para a atuação dos países que aderirem ao texto.

O texto prevê que os países participantes aprimorem continuamente a segurança e a saúde no trabalho para prevenir lesões, doenças e mortes relacionadas ao trabalho. A implementação das medidas deve ocorrer em diálogo com organizações representativas de empregadores e trabalhadores.

A convenção também estabelece que o sistema nacional de segurança e saúde no trabalho deve ser mantido, desenvolvido progressivamente e revisado periodicamente. O programa nacional deverá colocar em prática esse sistema, com ampla divulgação e apoio das autoridades nacionais quando possível.

Fonte: Agência Senado

Atualização de informações para o 6º Relatório de Transparência Salarial

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) informa que, entre 3 e 31 de agosto, os empregadores com 100 ou mais empregados deverão atualizar, no do Portal Emprega Brasil, as informações sobre critérios remuneratórios, ações voltadas à promoção da diversidade e iniciativas de apoio à família e à parentalidade.

As informações prestadas serão utilizadas na elaboração do 6º Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios, documento semestral obrigatório previsto na Lei nº 14.611/2023.

O preenchimento deve ser realizado exclusivamente pela área do empregador no Portal Emprega Brasil.



Brasil avança em 71% dos indicadores de desigualdade com melhorias na renda, emprego e meio ambiente

Relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades aponta avanços no mercado de trabalho e segurança alimentar

O Brasil apresentou avanços significativos na redução das vulnerabilidades sociais e econômicas ao registrar melhora em 71% dos 38 indicadores de desigualdade monitorados pelo Observatório Brasileiro das Desigualdades. O levantamento, divulgado nesta quarta-feira (12) com base em dados apurados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), integra as ações do Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades, informa o Metrôpoles.

De acordo com o estudo, o panorama comparativo entre 2024 e 2025 reflete progressos consolidados em áreas cruciais para o desenvolvimento social, tais como mercado de trabalho, desenvolvimento humano, renda, segurança alimentar, educação e preservação ambiental.

No âmbito do mercado de trabalho, a taxa de desocupação recuou para 5,6% em 2025, atingindo o menor patamar de toda a série recente de monitoramento. A retração do desemprego estendeu-se a todos os grupos populacionais, beneficiando inclusive mulheres e pessoas negras. O estudo pondera, contudo, que as disparidades históricas entre esses recortes demográficos continuam a exigir atenção do poder público.

O indicador de renda e combate à pobreza também registrou evolução expressiva: o

rendimento médio real das famílias brasileiras teve uma alta de 5,3% no período. Paralelamente, observou-se uma diminuição consistente na proporção de indivíduos vivendo em situação de pobreza extrema e extrema vulnerabilidade, medida pela parcela da população em domicílios com renda per capita de até um quarto e até meio salário mínimo.

Na área da segurança alimentar, a pesquisa aponta que os índices de insegurança alimentar moderada e grave caíram de 9,5% em 2023 para 7,7% em 2024. A evolução no combate à fome foi acompanhada pela diminuição nos quadros de desnutrição infantil e entre a população idosa.

A educação brasileira registrou avanços simultâneos na alfabetização e no acesso ao ensino. O levantamento constatou a queda na taxa geral de analfabetismo, com destaque para as reduções observadas entre idosos e a população negra. Além disso, houve ampliação da frequência de crianças de zero a três anos em creches, avanço do atendimento na educação infantil e crescimento nas taxas líquidas de escolarização tanto no ensino médio quanto no ensino superior.

No setor ambiental, os dados apontam expressiva mitigação de danos ambientais. O país computou uma redução de 20,6% no desmatamento em 2025, além de registrar uma queda de 16,7% nas emissões de gases de efeito estufa no consolidado de 2024.

Desafios estruturais permanecem no horizonte - Apesar dos avanços observados na maioria das frentes avaliadas, o relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades ressalta que as desigualdades estruturais de gênero e raça ainda constituem um obstáculo central para o desenvolvimento pleno do país.

Fonte: Brasil247



Salário mínimo de R\$ 1.717 em 2027 depende de votação da LDO, mas Congresso ainda nem iniciou análise

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2027 ainda não foi votada pelo Congresso Nacional e pode acabar sendo analisada praticamente ao mesmo tempo que a proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA). O texto devia ter sido votado antes do recesso parlamentar de julho, como determina a Constituição Federal, mas até agora nem o relatório preliminar foi iniciado.

O governo federal tem até 31 de agosto para encaminhar o projeto do orçamento de 2027 ao Legislativo. E pode ter de fazê-lo sem ter aprovadas as diretrizes. Com isso, pode ocorrer um atraso ainda maior, já que a aprovação da LOA depende da aprovação da LDO, travando a execução de políticas públicas, como a valorização do salário mínimo, que, segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias, deve chegar a R\$ 1.717 no ano que vem, conforme a proposta do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A LDO estabelece as regras que vão orientar a elaboração e a execução do orçamento do ano seguinte. O texto define metas fiscais, aponta prioridades para os gastos públicos e estabelece parâmetros para a distribuição dos recursos federais.

O projeto, registrado como PLN 2/2026, está em análise na Comissão Mista de Orçamento (CMO), formada por deputados e senadores.

Salário mínimo - Um dos pontos de maior interesse na proposta é a previsão para o salário mínimo de 2027. O texto encaminhado pelo Executivo estabelece um piso de pelo menos R\$ 1.717, aumento de R\$ 96 em relação ao valor atual, de R\$ 1.621. A alta projetada é de 5,9%.

A proposta também traz as estimativas econômicas utilizadas como referência para a elaboração das metas fiscais e do Orçamento. Entre as projeções estão inflação de 3,04%, crescimento real de 2,56% do Produto Interno Bruto (PIB), dólar a R\$ 5,47 e taxa de juros de 10,55%.

As estimativas, contudo, podem ser alteradas ao longo da tramitação, conforme o cenário econômico e as mudanças nas projeções do governo.

Com o calendário legislativo pressionado pela proximidade das eleições de outubro, o Senado programou duas semanas de esforço concentrado para agosto e setembro. A primeira está prevista para ocorrer entre os dias 10 e 14 de agosto. A segunda será realizada de 31 de agosto a 3 de setembro.

A estratégia é concentrar as votações nesses períodos para compensar a redução do ritmo de atividades do Congresso durante o período eleitoral. Entre as matérias que podem avançar estão propostas relacionadas ao planejamento e à execução do Orçamento de 2027.

Com a LDO ainda pendente e o envio da LOA previsto para o fim de agosto, Câmara e Senado terão de acelerar a tramitação das peças orçamentárias.

Fonte: Brasil de Fato

Produção industrial sobe em 8 dos 18 locais pesquisados em junho, segundo o IBGE

Em São Paulo, maior parque industrial do País, houve uma queda de 0,9%

A produção industrial subiu em 8 dos 18 dos locais pesquisados em junho de 2026 ante junho de 2025, segundo os dados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Regional, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

“Vale citar que junho de 2026 teve um dia útil a mais que igual mês do ano anterior”, ressaltou o IBGE em nota.

Em São Paulo, maior parque industrial do País, houve uma queda de 0,9%. As demais perdas ocorreram no Amazonas (-10%), Pará (-5,1%), Região Nordeste (-4,2%), Maranhão (-7,6%), Ceará (-0,1%), Rio Grande do Norte (-0,9%), Pernambuco (-5,2%), Bahia (-3,9%) e Minas Gerais (-2,6%).

Na direção oposta, houve expansão no Espírito Santo (12,2%), Rio de Janeiro (6,3%), Paraná (2,8%), Santa Catarina (1,9%), Rio Grande do Sul (10,5%), Mato Grosso do Sul (0,9%), Mato Grosso (6,1%) e Goiás (2,2%).

Na média global, a indústria nacional cresceu 1,7% em junho de 2026 ante junho de 2025.

Fonte: Estadão Conteúdo

Caem os preços da cesta básica em julho

A boa notícia que abre a semana vem do Dieese. A Pesquisa Nacional da Cesta Básica mostra que, em julho, os preços caíram em 26 das 27 capitais pesquisadas. Apenas São Luís registrou aumento, embora mínimo, de 0,30%. No mês passado, a cesta havia subido em 10 capitais.

Patrícia Lino Costa coordena, pelo Dieese, a pesquisa nacional mensal. Ela comenta: “É motivo pra se comemorar”, embora ressalve: “Muitos fatores podem mexer com os preços, inclusive a questão climática”.

Produtos com peso relativo maior na cesta, como tomate e batata, tiveram redução considerável. Em Maceió, por exemplo, o preço do tomate – a cesta considera nove quilos do produto – teve queda de 50%.

Parceria – Desde 2024, graças à parceria entre Conab e Dieese, o acompanhamento dos preços da cesta de alimentos permitiu ampliar a consulta a todas as capitais, incluindo o Distrito Federal. Antes, eram apenas 17 capitais.

Instabilidade – A partir do momento em que alimentos e cereais viraram “commodities”, os preços ficaram mais suscetíveis às oscilações da Bolsa de Valores. O Brasil tem procurado abrir novos mercados. É o caso do acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia, em vigor desde 1º de maio, franqueando um mercado que supera 700 milhões de consumidores.

Patrícia Lino espera que a queda verificada em julho revele um padrão de estabilidade nos preços dos alimentos. Ela diz: “Vamos comemorar a redução dos preços, pois isso ajuda as famílias brasileiras, mas os elementos de instabilidade são muitos, internos e externos”.



MPE, TSE e Justiça do Trabalho firmam acordo contra assédio eleitoral

Para conscientizar a população sobre o assédio eleitoral e defender a liberdade de voto no ambiente de trabalho, o Ministério Público Eleitoral (MPE) assinou, um acordo de cooperação técnica com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e o Ministério Público do Trabalho (MPT) *(foto)*.

A parceria prevê ações educativas sobre o tema, além do compartilhamento de campanhas institucionais, vídeos, cartilhas e outros materiais de comunicação. O acordo também contempla a realização de cursos, seminários e eventos de capacitação.

O vice-procurador-geral eleitoral, Alexandre Espinosa, representante do Ministério Público Eleitoral, destacou que o enfrentamento ao assédio eleitoral exige ações permanentes de conscientização.

"A partir de uma atuação colaborativa e coordenada entre as instituições, será possível coibir eventuais abusos que tenham como objetivo cercear a liberdade de voto e a livre manifestação política."

O que é assédio eleitoral - O assédio eleitoral ocorre quando empregadores, gestores ou pessoas em posição de superioridade hierárquica

constrangem, ameaçam ou pressionam trabalhadores para que apoiem determinado candidato, partido político ou posição ideológica.

A prática configura violação de direitos fundamentais e pode gerar consequências nas esferas eleitoral, trabalhista, cível e criminal. O assédio pode ocorrer em diferentes vínculos de trabalho, atingindo servidores públicos, empregados celetistas, terceirizados, estagiários e aprendizes.

Após a assinatura do acordo, as instituições lançaram a campanha nacional "Aliança pelo Voto Livre e Secreto". Com o slogan "No meu voto mando eu", a iniciativa busca mobilizar órgãos públicos, empresas e a sociedade civil para formar uma rede em defesa da democracia e do direito de votar de acordo com as próprias convicções, sem pressões ou constrangimentos.

Fonte: Congresso em Foco

Motta diz que PL da Misoginia é "urgente para o Brasil"

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou na terça-feira (11) que o combate à misoginia é uma prioridade da Casa e defendeu o avanço do projeto que endurece a legislação contra ataques às mulheres.

Apesar de classificar a proposta como "urgente para o Brasil", Motta disse que ainda não pode garantir a votação do PL da Misoginia nesta semana, já que o texto depende de um entendimento no Colégio de Líderes e enfrenta questionamentos da bancada evangélica sobre a caracterização do crime.

"Misoginia, esse é um projeto que é urgente para o Brasil. Nós não podemos compactuar com mulheres que estão sendo agredidas, violentadas e mortas todos os dias em nosso país."

Fonte: Congresso em Foco

Lula começará campanha pelo ABC paulista, berço das lutas sindicais

Dirigentes das centrais sindicais já anunciaram que estão em processo de mobilização para levar milhares de trabalhadores ao evento

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará o ato oficial da abertura da campanha à reeleição no próximo 16 de agosto no Estádio Primeiro de Maio, em São Bernardo do Campo, ABC paulista.

O local, conhecido historicamente como Estádio da Vila Euclides, é considerado o berço das mobilizações sindicais e das greves dos metalúrgicos do final dos anos 1970 e início dos anos de 1980, ainda durante a ditadura militar.

“Lá, no fim dos anos 1970, ainda sob a ditadura, ocorreram algumas das maiores greves gerais da história do país. Na luta por dignidade e justiça salarial, foi gestada a criação do PT, a contribuição para a redemocratização do país e o fermento que permitiu que um operário, torneiro mecânico, fosse alçado à Presidência da República”, diz nota do PT.

As centrais sindicais já anunciaram que estão em processo de mobilização para levar milhares de trabalhadores ao evento.

“Lula é o único candidato que tem declaradamente compromisso com os interesses nacionais, a defesa da soberania, democracia e dos direitos, tendo como centralidade um projeto de desenvolvimento nacional”, disse à Folha de S.Paulo o presidente nacional da Central dos



Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Adilson Araújo.

“Será um ato em um local, a Vila Euclides, bastante emblemático para o movimento sindical. Todas as centrais devem estar unidas para apoiar a continuidade de um governo que gosta do povo”, afirma o presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah.

No dia seguinte, Lula com Geraldo Alckmin na chapa, na vice-presidência, vai cumprir agenda de campanha em Minas Gerais no lançamento de Patrus Ananias (PT) ao governo daquele estado.

Fonte: Portal Vermelho

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

REINALDIM BARBOZA PEREIRA

Secretário Geral

EVILÁSIO DE DEUS LOPES

Secretário de Finanças

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

MAC CONSULTORIA E COMUNICAÇÃO